TRABALHO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

LEITURA DE RIVERS

Roberto Cardoso de Oliveira

Série Antropológica nº 39

Brasília/1984

SUMÁRIO DO LIVRO

INTRODUÇÃO A UMA LEITURA DE RIVERS
(por Roberto Cardoso de Oliveira)

SELEÇÃO DE TEXTOS

Parte "A": A Idéia do Parentesco

1. O Método Genealógico na Pesquisa Antropológica(1910)
2. Terminologia Classificatória e Matrimônio com Primo Cruzado(1913)
3. Terminologia Classificatória e outras formas de Matrimônio (1913)
4. O Sistema Classificatório e formas de Organização Social (1913)

Parte "B": A Idéia da Antropologia

5. A Análise Etnológica da Cultura (1911)
6. O desaparecimento das Artes Uteis (1912)
7. Sobrevivência em Sociologia (1913)
8. Sociologia e Psicologia (1916)
9. História e Etnologia (1920)
10. A Unidade da Antropologia (1922)

Nota Explicativa: A Introdução aqui transcrita para circulação restrita e os textos de Rivers acima relacionados, serão editados pela Editora Ática na coleção "Os Grandes Cientistas Socias", coordenada pelo Professor Florestan Fernandes.

INTRODUÇÃO A UMA LEITURA DE RIVERS

A se aceitar a afirmação retumbante de Lévi-Strauss, segundo a qual "Em Rivers a etnologia encontrou o seu Galileu (1958:180), pouco poderíamos acrescentar para justificar a presente coletânea. Porém, mesmo que a etnologia ou, melhor diríamos, a antropologia social não tenha encontrado o seu Galileu, certamente encontrou alguém que procurou incessantemente o seu método e a sua conformação como uma disciplina autônoma. A rigor, pode-se dizer sem nenhum exagero que Rivers foi — na tradição empirista anglo-saxã — quem programou a nova disciplina, delineando a matriz com que ela haveria de se desenvolver no interior daquilo que ficaria conhecido como a "Escola Britânica de Antropologia Social". Quem era esse homem e qual a sua trajetória intelectual é o que se procurará responder inicialmente para, em seguida, procurarmos suas contribuições mais decisivas à construção da antropologia social.

Um de seus biógrafos e comentadores, Richard Slobodin, inicia seu livro sobre Rivers dizendo que "No primeiro quartel do século XX a antropologia emergiu como uma disciplina acadêmica enraizada na pesquisa de culturas não-ocidentais e concebida como uma ciência ou em busca de um status de ciência. Uma figura central na emergência dessa ciência foi W.H.R. Rivers (1864-1922), Doutor em Medicina (M.D.) Membro da Sociedade Real (F.R.S.), fisiólogo, psicólogo, psiquiatra e antropólogo. Não há nenhuma contribuição em antropologia social e cultural, ou 'sociologia e etnologia', como ele e seus contemporâneos chamaram-nas, em que Rivers não esteve envolvido e em que sua obra e suas opiniões deixaram de levar sua marca" (Slobodin, 1978:1). Outros autores atestam a importância de Rivers na construção da Antropologia Social: Meyer Fortes, por exemplo, credita a Rivers haver ele iniciado a pesquisa britânica no estudo da família e do parentesco, revelando ser a focalização dessas instituições sociais a chave capaz de abrir as portas do entendimento da vida social(M.Fortes, 1953); David M. Schneider, em seu comentário sobre a crítica

que Kroeber fez a Rivers relativamente ao ponto de vista causal com que este último impregna seu estudo do parentesco, não obstante diz: "Sua History of Melanesian Society e sua etnografia sistemática sobre os Toda constituem os primeiros estudos de campo cuidadosos sobre o parentesco. A grandeza de Rivers está em seu gênio para entender a mecânica do parentesco, e foi isso que deu forma ao trabalho de campo e à teoria antropológica desde então" (D.M.Schneider, 1968:15). Mas é Raymond Firth que, mostrando a contribuição de Rivers ao estudo do parentesco na Oceania, oferece a mais sucinta ilustração sobre a atualidade de sua contribuição à teoria do objeto e à sua respectiva metodologia. Assim, diz ele: "Onde a diferença entre a perspectiva de Rivers e as perspectivas modernas aparece mais marcadamente é no conceito de matrimônio. Rivers prestou um grande serviço ao estudo do parentesco e ao desenvolvimento da antropologia social insistindo com grande brilho — às vezes com erradas suposições — a noção de que matrimônio não é uma simples escolha pessoal mas uma categoria de classificação — uma relação entre tipos específicos de parentes. Para ele 'formas de matrimônio' não significam diferentes tipos de cerimônias unindo duas pessoas, mas diferentes tipos de posição de parentesco representada pela união de duas pessoas — primos cruzados, de um homem com a filha do irmão, ou com a mulher do irmão da mãe, etc. Nenhum tipo de união de parentes foi excessivamente bizarro para levá-lo a recusar sua validade teórica. Mais do que qualquer outro antropólogo de sua geração — concluí Firth — foi ele que pavimentou o caminho para as modernas análises estruturais do parentesco neste campo" (R.Firth, 1968:21). Qual o percurso acadêmico e científico deste homem que veio marcar o seu lugar na história da antropologia social pelo pioneirismo de suas idéias e pela força de sua personalidade, é o que procuraremos esboçar a seguir.

* * *

Por força da multiplicidade de "carreiras" que se articulam na biografia de Rivers, o registro de sua vida demandaria por si só um livro para que dela o público tomasse co-

nhecimento e avaliasse corretamente toda sua significação para uma atividade intelectual que com tanta determinação realizaria durante cerca de 36 anos, se tomarmos por base o ano de sua formatura, 1896, quando contava apenas 22 anos (segundo Slobodin /1978:9/ o mais jovem graduado em medicina na longa história da Universidade de Londres), e o ano de sua morte, 1922, aos 58 anos. Deveremos nos limitar aqui a apontar alguns momentos dessa vida, apoiados, particularmente, em duas fontes: o já mencionado Richard Slobodin, com seu livro W.H.R. Rivers(1978), e o excelente livro de um jovem historiador de ciências, Ian Langham, originalmente sua tese de doutoramento apresentada em 1976 à Universidade de Princeton e recentemente editada sob o título The Building of British Social Anthropology: W.H.R. Rivers and his Cambridge Disciples in the development of Kinship Studies, 1898-1931 (1981).

No ano seguinte à sua formatura, Rivers viajou para o Japão e Estados Unidos da América como médico de bordo. Dentre as inúmeras viagens que fez, uma teve particular importância, quando — ao retornar para a Inglaterra vindo das Indias Ocidentais — viajou com Bernard Shaw, com quem pode conversar diariamente; conta Rivers que isso foi uma das melhores coisas de sua vida (Slobodin, 1978:11). Em 1888 obtém seu doutorado em Medicina (M.D.) na Universidade de Londres e é eleito membro do Royal College of Physicians. Durante o período em que trabalhou como médico no St. Bartholomew's Hospital, um dos três Hospitais-Escola da Universidade de Londres, sempre aplicou-se em pesquisas, tendo publicado trabalhos sobre delírio (em 1889), histeria (em 1891) e neurastenia (em 1893), revelando um especial talento para fenômenos da mente. Tanto assim que foi admitido em 1891 como médico-residente no National Hospital for the Paralysed and Epileptic. Um ano depois resignou ao posto e foi para a Alemanha continuar seus estudos em neurofisiologia e psicologia. Sublinha Slobodin que nessa oportunidade pôde assistir a um curso de filosofia ministrado por Rudolf Eucken, cuja posição, qunato às possibilidades do conhecimento, diferia da de Spencer, na época altamente influente na Inglaterra, "ele não apenas negava o lugar das leis naturais no estudo do comportamento humano, mas tam-

bem, como a maioria dos filósofos idealistas alemães, ia além em sua forte depreciação da ciência em geral" (R. Slobodin, 1978:13). Difícil dizer com segurança qual a repercussão que esse curso teve em sua formação; ao que parece, pelo menos no que tange à problemática da causalidade na obra de Rivers, as idéias de Eucken sobre leis naturais e sua inaplicabilidade ao comportamento humano tiveram de ser cotejadas com as de J. Stuart Mill, o grande lógico da geração anterior a Rivers e cujas idéias marcaram tão profundamente a constituição da antropologia social e as ciências humanas em geral no mundo anglo-saxão — tópico que abordaremos mais detidamente adiante. Mas foi por essa época — como afirmaria o próprio Rivers em seu diário — que tomou a decisão de passar a trabalhar "tanto quanto possível em psicologia" (apud Slobodin, 1978:13). No ano seguinte foi convidado a ensinar fisiologia dos sentidos na Universidade de Cambridge, razão que o teria levado a passar o verão de 1893 em Heidelberg para estudar com Emil Kräpelin, uma grande autoridade em órgãos do sentido, os efeitos de drogas na fadiga muscular tanto quanto psiquiatria (Kräpelin foi o grande pioneiro da psiquiatria nosológica). Com ele Rivers chegou a escrever importantes trabalhos (cf. Slobodin, 1978:15). Em conseqüência de sua crescente habilitação no campo da psicologia experimental é convidado a assumir o novo laboratório de Psicologia no University College ao mesmo tempo em que recebe uma sala no Departamento de Fisiologia da Universidade de Cambridge. Não é ocioso assinalar que esse fato indica o quanto na época a psicologia ainda dependia de uma disciplina mais consolidada academicamente como a fisiologia.(1)

O período antropológico de Rivers começa — se quisermos assinalar com uma data — em 1898, quando participa de uma expedição ao Estreito de Torres (Torres Straits) na Oceania, a convite de Alfred Cort Haddon, seu organizador. Haddon, originalmente Professor de Zoologia no Royal College of Science em Dublin, havia dez anos antes participado de uma expedição ao Torres Straits e lá descoberto sua vocação para o estudo do folclore nativo, mais do que pela investigação do plâncton, para a qual havia projetado seu trabalho. Para ele foi tão signi

ficativa aquela experiência que veio a resignar sua cátedra de zoologia logo após seu retorno da expedição, com o fito de se dedicar exclusivamente ao estudo de sociedades ágrafas. Com esse ânimo, organizou a expedição de 1898, convidando Rivers (que num primeiro momento não se interessou), C.S. Myers e MccDougall (ambos ex-estudantes de Rivers em Psicologia Experimental e, ao que parece, o motivo de Rivers haver mudado de opinião e aceito posteriormente o convite de Haddon), além de C.G. Seligman, um patologista, Antony Wilkin, um jovem estudante pós-graduado de Cambridge, e, para fotógrafo da expedição, Sidney Ray, um professor primário versado em línguas do Torres Straits (à base de dados secundários, provindos de fontes missionárias e de anotações lingüísticas feitas pelo próprio Haddon). Interessante notar que todos os membros da expedição, de um modo ou de outro — e a despeito da diversidade de suas respectivas formações —, mantiveram-se ligados à antropologia social que se constituía. Rivers foi certamente o grande líder do grupo. Observa I. Langham que a expedição, como fato marcante na vida de seus participantes, inscreve-se como parte de um processo padronizado de mudança de carreira, de conversão à antropologia, graças ao fascínio neles despertado pelo homem pré-letrado. "Durante a expedição e por um considerável número de anos depois dela, houve uma marcada tendência para que o núcleo de pesquisadores do Torres Straits funcionasse como um grupo solidário. Estiveram juntos na Melanésia em 1898. Tiraram a antropologia britânica de sua fase de "gabinete" e a colocaram em uma saudável base empírica. Eles viram e questionaram o "selvagem" em seu próprio habitat e o submeteram a testes psicométricos e antropométricos cuidadosamente conduzidos. Eles forneceram o modelo para os futuros antropólogos copiarem" (I.Langham, 1981:66). Tão rica foi a experiência proporcionada por essa expedição que a partir dela o interesse de Rivers pela antropologia marcaria definitivamente sua vida.

Entre 1901 e 1902 Rivers passou vários meses entre os Toda da Índia, graças ao patrocínio da Royal Society of London e da British Association. Resultou disso sua monografia The Toda (1906), que se tornaria um clássico da antropologia so-

cial. Se compulsarmos sua bibliografia[2] veremos que suas publicações em antropologia começam na virada do século; e mesmo se nos limitássemos ao mero registro de bibliografia já teríamos uma boa base para traçar o seu percurso intelectual. É assim que em 1900 Rivers já publica um artigo que prenuncia a elaboração do método que contribuiria decisivamente para torná-lo célebre ainda em vida e que o tornaria lembrado até nossos dias: o método genealógico. O artigo intitulava-se "A Genealogical Methodo of Collecting Social and Vital Statistics" (1900) e para sua elaboração Rivers socorreu-se de tabelas genealógicas destinadas a auxiliar os seus estudos experimentais de fenômenos sensoriais sobre acuidade visual, visão para cores e percepção espacial, preocupado em discernir neles o papel da hereditariedade. Naturalmente que esse método — como se verá adiante — seria desenvolvido à proporção que Rivers construía a antropologia social. O seu segundo artigo relevante para a nova disciplina foi "The Funeral of Sinerani"(1903), seguido de "The Marriage of Cousins in India" (1907), publicado um ano depois de seu mencionado livro sobre os Toda. Sem deixar de produzir artigos e relatórios na área da psicologia experimental, durante todo esse tempo, publica dois importantes artigos antropológicos em 1908: "Genealogies, Kinship, Regulation of Marriage, Social Organization" (1908a) e "Some Sociological Definitions" (1908b). Dois anos depois publica seu famoso artigo "The Genealogical Method of Anthropological Inquiry"(1910), que incluímos nesta coletânea (TEXTO 1) e onde o método genealógico, devidamente refinado, já é apresentado como fruto de sua experiência etnológica, sobretudo aquela adquirida na pesquisa dos Toda. Os primeiros anos posteriores à sua segunda expedição (1907-1908) foram decisivos na obra de Rivers: 1910 e 1911 assinalam uma mudança de orientação em sua antropologia, com a adoção da perspectiva difusionista em nome de uma crítica cerrada ao evolucionismo imperante no campo científico britânico, responsável — segundo Rivers — por uma atitude especulativa extremamente prejudicial à constituição da nova ciência. É quando faz sua conferência presidencial à seção antropológica da Associação Britânica para o Desenvolvimento da Ciência, publicada originalmente sob o título "The Ethnological

Analysis of Society" (Rivers, 1911) e reproduzida neste volume (TEXTO 5).

No período que antecede a essa mudança no pensamento de Rivers, vale assinalar alguns eventos que nos parecem significativos em sua vida intelectual. Primeiramente, sua eleição para Fellow do Saint John's College da Universidade de Cambridge em 1902. Diz Slobodin que "durante os seis anos seguintes, Rivers parece ter dividido seu tempo igualmente entre antropologia e psicologia experimental" (Slobodin, 1978:30). 1904 registra seu primeiro encontro com Radcliffe-Brown — então apenas conhecido por A. R. Brown —, à epoca um estudante de graduação em psicologia e a esse tempo o primeiro e único aluno de antropologia social sob a orientação de Haddon e do próprio Rivers; como conseqüência de seus estudos antropológicos e da orientação de seus mestres, o jovem A.R.Brown seguiria em 1906 para as Andaman Islands, onde permaneceria até 1908. A influência de Rivers sobre Radcliffe-Brown será examinada no momento apropriado nesta Introdução. Como se mencionou atrás, Rivers voltaria à pesquisa de campo em 1907-1908, seguindo para as Solomon Islands, onde trabalharia mais intensamente, mas visitando também outras áreas da Melanésia e da Polinésia e ficando algum tempo no Havai e em Fiji. Slobodin nos conta ainda que nessa expedição dois jovens antropólogos faziam sua primeira pesquisa de campo: Gerald C. Wheeler — que ficaria conhecido como co-autor de uma famosa obra sobre cultura material e instituições sociais de povos ágrafos (Hobhouse, Wheeler & Ginsberg, 1915) — e Arthur M. Hocart, este último certamente um dos mais talentosos antropólogos de sua época[3]; Wheeler realizou um intenso trabalho de pesquisa nas Solomon Islands, enquanto Hocart, depois de colaborar intimamente com Rivers durante os três meses em que durou sua estadia em Fiji, lá ficaria ainda por mais três anos (cf. Slobodin, 1978:40-41). Indubitavelmente a experiência acumulada durante as pesquisas de campo se refletiria nessa guinada teórica de Rivers em direção ao difusionismo: em oposição à orientação especulativa dos evolucionistas, como já se mencionou, os difusionistas acreditavam privilegiar a empiria, mercê do trabalho de campo que realizavam. Embora para o padrão britânico de pesquisa de cam-

po, que viria a ser constituído posteriormente, a experiência etnográfica de Rivers deixasse muito a desejar — seja pelo relativamente curto tempo de campo, seja por jamais haver dominado um idioma nativo —, havia, como aponta Langham(1981: 125-128), a prevalência de uma "ideologia empiricista" a guiar a indagação etnológica. Nesse sentido o difusionismo representou para a geração de Rivers a mesma opção que o funcionalismo (ou o estrutural-funcionalismo) representaria para a geração posterior: o fortalecimento da pesquisa empírica. Mas a grande ironia do percurso intelectual de Rivers está precisamente, ao que nos parece, em seu retorno posterior a um outro tipo de especulação, agora à especulação difusionista.Mas em seu trajeto — de um tipo de especulação a outro —,Rivers constitui o programa básico da antropologia social a partir de sua experiência na análise do parentesco e no estudo da organização social.

O produto talvez mais consistente, relativamente à teoria do parentesco e surgido em decorrência desse conjunto de pesquisa de campo, foi seu pequeno livro Kinship and Social Organization, publicado em 1914, no mesmo ano em que era igualmente editada sua já mencionada The History of Melanesian Society, cujo primeiro volume se articula perfeitamente com aquela publicação. Menos do que um livro, Kinship and Social Organization não é mais do que um elenco de três conferências ministradas por Rivers em 1913, aqui incluídas como TEXTOS 2, 3 e 4. Assim, esclarece ele em seu breve prefácio, que "Essas conferências foram dadas na London School of Economics em maio do presente ano. Estão baseadas amplamente na experiência adquirida durante o trabalho realizado no âmbito da expedição(...) à Melanésia em 1908, e fornecem um registro simplificado das condições sociais que serão descritas em detalhe no amplo relatório de trabalho dessa expedição" (Rivers, 1968:38). The History of Melanesian Society foi esse relatório. E num artigo publicado anos depois e intitulado "History and Ethnology" (1920) — que aqui incluímos como TEXTO 9 —Rivers fará um extenso comentário dessa última obra que retrata bem a mudança de ponto de vista ocorrida em sua antropologia. Enquanto o primeiro volume se dedica à descrição etnográfica dos diferen-

tes povos visitados, obtida mediante à técnica de "survey"[4], o segundo se propõe a uma discussão teórica sob o signo da análise comparativa e voltada para uma crítica à perspectiva evolucionista prevalecente na época. É a primeira forma pela qual Rivers se conscientiza da obsolescência do evolucionismo como perspectiva capaz de abrigar os dados etnográficos obtidos pela observação direta. Vale transcrever aqui suas palavras inscritas na introdução do Volume II da mencionada obra: "Como registrei alhures (Rivers,1911), meu próprio ponto de vista foi profundamente alterado enquanto redigia a discussão teórica contida neste volume. Eu havia começado com uma firme adesão à corrente da Escola Inglesa, quase exclusivamente interessada na evolução da crença, costume e instituição, dedicando pouca atenção às culturas individuais, excepto quando eram perfeitamente óbvias as mudanças que haviam sido introduzidas de fora, como no caso da recente influência Polinésica na Melanésia.(...) Eu havia começado minha discussão teórica com um estudo comparativo de sistemas de relações, como o que realizei no primeiro volume e primeiramente interessado de modo exclusivo em sua estrutura, negligenciando a distribuição geográfica dos termos de relacionamento enquanto fatos linguísticos. À base de seu estudo puramente morfológico, habilitei-me a construir um esquema de evolução da estrutura social da Melanésia. Foi somente depois de haver seguido tanto quanto possível o caminho sugerido pelo estudo comparativo das formas de sistemas e suas funções associadas, que me voltei à consideração dos sistemas como coleções de fatos linguísticos. Considerando sua distribuição geográfica em conjunção com o esquema já conseguido, tornou-se claro que o desenvolvimento traçado não tinha lugar numa sociedade simples e homogênea, mas ocorria como parte de uma interação geral entre dois povos. Isto transformou minha tarefa num esforço para analisar a complexidade apresentada pela sociedade melanésica em seus elementos constitutivos" (Rivers, 1914, II:1-2). Como aponta Slobodin, os contemporâneos de Rivers e ele próprio sempre consideram The History of Melanesian Society como sua obra magna, do que divergiam apenas alguns poucos como Radcliffe-Brown, Brenda Seligman e, possivelmente, Hocart, pa

ra os quais muito mais importante foram suas conferências enfeixadas no livrinho Kinship and Social Organization, que sobreviveu ao primeiro e que desde os anos 20 é considerado um marco na antropologia social (cf. Slobodin, 1978:50).

Às vésperas de eclodir a Primeira Grande Guerra(1914-1918), Rivers embarcou para Austrália em companhia de um grupo de pesquisadores, entre os quais Seligman, Elliot-Smith e um jovem polonês expatriado, Bronislaw Malinowski, recém doutorado em antropologia pela Universidade de Londres com uma tese bibliográfica. Apesar da guerra, Malinowski obteve permissão para seguir para New Guinea, embora fosse legalmente um inimigo, enquanto Rivers seguia para as New Hebrides. "Durante o resto de 1914 e princípios de 1915, Rivers esteve em vários lugares ao norte das New Hebrides. Não está claro que tenha visitado as Solomons ocidentais, onde ele havia originalmente esperado fazer alguns estudos com Hocart. Seu itinerário melanésico foi muito mais limitado do que em 1908; assim, suas escalas foram demoradas.(...) Antes de retornar à Inglaterra, visitou a Nova Zelândia, onde ministrou conferências e ouviu importantes autoridades sobre Polinésia. Quando Rivers chegou à Inglaterra no verão de 1915, sua maior preocupação foi o tipo de serviço militar que poderia assumir. Após muitos meses de procura, juntou-se à equipe de Maghull Military Hospital em Lancashire como um médico civil"(Slobodin, 1978 : 53). Assumindo a função de psiquiatra, Rivers praticamente retornou às suas origens, sobretudo por jamais haver perdido o interesse pelo campo da psiquiatria, estando aliás, por essa época, extremamente interessado na psicanálise como seu artigo "Sociology and Psychology" (1916) — TEXTO 8 desta coletânea — vai atestar. Neste período e, posteriormente, como capitão comissionado no Royal Army Medical Corps, em 1916, distinguiu-se como um eficiente terapista, particularmente no tratamento de neuroses de guerra. E como resultado dessas atividades produziria pelo menos dois livros postumamente publicados: Conflict and Dream (1923) e Medicine, Magic, and Religion (1924). Ainda com relação às suas atividades durante a guerra, vale registrar sua nomeação como psicólogo do Royal Flying Corps em fins de 1917 quando procurou, mediante parti-

cipação em difíceis manobras acrobáticas, estudar as qualidades mentais necessárias a um aviador; escreveria, então,"Wind-Up", trabalho incorporado em seu livro Instinct and Unconscious (1920), onde faz observações relativamente ao medo de voar. Revelador da seriedade com que eram vistas suas contribuições no campo da psicoterapia, foi o convite para elaborar o verbete "Psycho-Therapeutics" para The Encyclopaedia of Religion and Ethics (Rivers, 1918). Após o armistício, Rivers se reencontraria com a vida universitária retornando para o St Johns College na Universidade de Cambridge, onde iria ocupar a partir de 1919 o alto posto acadêmico de "Praelector of Natural Science Studies", com absoluta liberdade para conduzir seu trabalho do modo que desejasse: qualquer aluno da área de ciência, ou mesmo qualquer um do St. Johns College,poderia se beneficiar dos ensinamentos do mestre (cf.Slobodin, 1978:69). E para concluir estas observações sobre seu itinerário intelectual — aqui sucintamente traçado —, importante apontar o quanto seus múltiplos talentos foram reconhecidos por seus contemporâneos: foi o primeiro Presidente da Seção médica da recém formada British Psycho-Analytical Society em 1919; Presidente da Folk-Lore Society durante 1921-1922; e igualmente Presidente da Royal Anthropological Institute em 1922, ano de sua morte, pronunciando sua última conferência presidencial em janeiro daquele ano sobre o tema da unidade da antropologia, reproduzida nesta coletânea (TEXTO 10).

* * *

Não pretendemos nesta Introdução explorar todas as dimensões da múltipla obra de Rivers, nem mesmo de sua parte antropológica em sua totalidade. Os quatro textos que compõem a primeira parte desta coletânea são suficientemente eloqüentes relativamente à contribuição de Rivers à problemática do parentesco, não exigindo seu exame mais profundo, salvo um breve comentário para ressaltar o seu lugar na história da teoria. Como se mencionou no início desta Introdução, a aplicação de Rivers no estudo do parentesco e da organização social redundaria na criação da base necessária à constituição da moderna antropologia social. O parentesco, sobretudo, tornar-

moderna antropologia social. O parentesco, sobretudo, tornar-

se-ia no núcleo em torno do qual se expandiria o próprio conceito de antropologia social e de suas refinadas metodologias, como as análises estruturais ou estrutural-funcionais a elas pertinentes. Tudo indica que Rivers escolheu um caminho original, mesmo se considerarmos os estudos pioneiros de Lewis Henry Morgan. A aceitarmos a interpretação de Langham, as descobertas de Rivers guardam expressiva independência em relação às de Morgan. "Sou favorável — diz Langham — ao ponto de vista de que Rivers chegou às suas técnicas e descobertas independentemente de todos os antigos estudiosos do parentesco. Quando embarcou com a expedição para o Torres Straits em 1898, Rivers estava estritamente treinado como psicólogo experimental.(...) Em todos os relatórios da expedição, que incluem o diário de Haddon, não há qualquer indicação de que Rivers, ou qualquer outro membro da expedição que tivesse participado de suas investigações genealógicas, possuisse qualquer conhecimento antecipado da obra de Morgan sobre o assunto. É verdade que após a expedição ao Torres Straits, Rivers utilizou finalmente alguns escritos de Morgan sobre o parentesco. Seu desdobramento dos dez indicadores do sistema classificatório de Morgan, por exemplo, que teve lugar no volume de 1904 do relatório da expedição, dificilmente teria ocorrido sem detida atenção a uma curta mas tecnicamente difícil passagem do Systems of Consanguinity... Contudo, seria difícil provar que a leitura do livro feita por Rivers teria sido muito mais profunda do que isto". (Langham,1981:90). E mesmo o seu artigo de 1907, "On the Origen of Classificatory Sistem of Relationships", elaborado para o Festschrift de Tylor, no qual Morgan e seu esquema evolucionista são repetidamente referidos, "não é o caso de um discípulo seguindo servilmente os passos do mestre. Ao contrário, Rivers usa o artigo para criticar a contribuição de Morgan e sugere muitas importantes correções em seu esquema" (Langham, 1981:90). Sem deixar, todavia, de reconhecer o pioneirismo de Morgan na descoberta do campo do parentesco, o que Langham pretende mostrar é a originalidade de Rivers no tratamento analítico do tema e sua influência na antropologia britânica, para a qual "a obra de Morgan foi amplamente ignorada ou pouco apreciada(...). O que

importou foi Rivers ter desenvolvido seu método no curso de uma expedição que foi vista como reveladora da inadequação da antropologia de gabinete" (Langham, 1981:91). É assim que na primeira parte deste volume, destinada à elaboração da idéia do parentesco, pareceu-nos conveniente divulgar ao leitor brasileiro um conjunto de textos que constituíssem o âmago da contribuição de Rivers à temática do parentesco, particularmente no que diz respeito à obtenção do dado etnográfico mediante a aplicação da técnica genealógica (TEXTO 1); e no que concerne aos procedimentos analíticos, graças aos conceitos que desenvolve nas três conferências ministradas em 1913 e enfeixadas no seu já mencionado, Kinship and Social Organization (1914), respectivamente intituladas "Classificatory Terminology and Cross-Cousin-Marriage" (TEXTO 2), "Classificatory Terminology and Other Forms of Marriage"(TEXTO 3) e "The Classificatory System and Forms of Social Organization" (TEXTO 4). Talvez a importância dessas conferências melhor possa ser aquilatada se considerarmos que elas sobrevivem à crítica que Alfred L. Kroeber dedicou às idéias de Rivers sobre a existência de conexões causais entre o parentesco e as instituições sociais (cf. Kroeber, 1909). Segundo ressalva Schneider (Schneider, 1968:9-10), Kroeber estava reverberando o sentido evolucionista ou a reconstrução histórica especulativa inerentes à crença num determinismo unilinear implícita no pensamento de Rivers. Ultrapassado esse período evolucionista pelo próprio Rivers — como já se referiu e essas conferências já atestam seu afastamento de qualquer tipo de evolucionismo —, Kroeber haveria de conceder anos depois que os termos de parentesco, como parte da linguagem, refletem a lógica inconsciente e os padrões conceituais tanto quanto as instituições sociais(cf. Kroeber, 1952:172).

Importante nos determos um pouco mais nos argumentos de A.L. Kroeber quando reconsidera o radicalismo de sua primitiva posição em resposta, precisamente, à mudança de posição do próprio Rivers, esta última expressa na primeira de suas conferências (TEXTO 2) proferida em 1913. "O que causou confusão — escreve Kroeber — foi a minha titubiante termi-

nologia. Eu poderia ter dito que sistemas de parentescos são padrões lingüísticos de lógica, e que seu uso acrítico e irrestrito como se fossem refletores incontaminados de instituições passadas ou presentes foi errôneo e perigoso. Certamente eles possuem um interesse em si mesmos e apresentam problemas de relação entre linguagem e pensamento e entre ambos com a psicologia. Em vez de lógica, porém, eu falei de 'psicologia' e tornei-me intransigente na refutação: 'Termos de relacionamento refletem psicologia, não sociologia'. Teria sido mais certo dizer que como parte da linguagem, sistemas de termos de parentesco refletem a lógica inconsciente e o padrão conceitual tanto quanto instituições sociais. Eu tornei a situação pior quanto subseqüentemente comecei a falar de 'tendências gerais' ou 'tendências psicológicas' — significando padrões de lógica expressos em sistemas de palavras significantes — como contrastadas com instituições específicas tomadas como causas específicas de termos denotativos particulares" (Kroeber, 1952:172). Depois de historiar todo o processamento do debate entre ele e Rivers, mencionando ainda a participação de Lowie, Kroeber constata finalmente o seguinte: "Além disso, eu continuei com o infeliz uso do 'psicológico' quando era evidente que 'lógico' ou 'padronizado conceitualmente' teria sido mais adequado" (idem). Contudo, continua ainda achando que a despeito dessas imprecisões terminológicas, sua posição de crítica à causalidade riversiana permanece a mesma. Não obstante, Kroeber foi capaz de equacionar as diferentes posições teóricas em confronto, inclusive as de Lowie e Morgan, como o seguinte trecho revela: "Parece-me justo dizer que o meu principal interesse foi delinear padrões nos fenômenos; de Lowie, em seguras correlações, mesmo se de limitado alcance; de Rivers, em determinações causais sustentando uma ampla hipótese; e de Morgan em um esquema universal simultaneamente causal e histórico. Incluo estas caracterizações de motivações porque elas me revelam haverem determinado consideravelmente as variadas conclusões encontradas" (Kroeber, 1952:173).

Pode-se dizer que a polêmica iniciada pela crítica de Kroeber em 1909 a um artigo de Rivers de 1907, prossegue com a

resposta deste último em 1913 para finalizar com a explicitação dessa última posição de Kroeber atrás reproduzida e proclamada em seu The Nature of Culture (1952) — uma coletânea de seus artigos antecedidos de introduções originais, uma das quais (à qual estamos nos referindo) destinada a orientar o leitor na leitura do artigo de 1909. Menos do que um entendimento entre os atores do debate (um deles, Rivers, já falecido trinta anos antes do último artigo de Kroeber), o que se observa é uma melhor articulação entre suas respectivas posições com vistas à compreendê-las de forma mais adequada. O que significa que a diferença entre ambas não se desvanece; ao contrário, tal diversidade persiste particularmente naquilo que ela espelha, a saber, a diferente postura epistemológica de ambos. Kroeber tenta explicar isso como sendo resultante de duas diferentes tradições seguidas respectivamente por um e por outro: Kroeber originário de uma tradição humanista, para a qual as "ciências da mente" se aplicam a tudo aquilo que o homem pensa e, nesse sentido, a antropologia seria uma "psicologia", porém nos termos postos por Boas — seu professor — em seu clássico The Mind of Primitive Man; ao passo que Rivers, formado no interior de uma tradição científica, como vimos, haveria de imprimir em seu trabalho um tratamento inspirado na psicologia experimental e na fisiologia dos sentidos. O ponto maior de divergência estaria, assim, na questão da causalidade: "do ponto de vista de Rivers — como sublinha Schneider — Kroeber não cita um único exemplo de causa psicológica" (Schneider, 1968:11; o grifo é meu); argumento que bem reflete uma preocupação que, presente já nos seus estudos sobre o parentesco, consolidar-se-ia em seus trabalhos posteriores. E é esse cientificismo de Rivers que passaremos a examinar.

II

A segunda parte da coletânea foi, portanto, intitulada a idéia da antropologia em seu sentido de ciência, isto é, como uma nova ciência que se constituía. Rivers perfilha assim os mesmos passos que seu contemporâneo Durkheim, com a diferença de — ao contrário deste, orientado pela tradição ra-

cionalista[5] — orientar-se pela tradição empirista inerente ao pensamento anglo-saxão. Sabemos que a questão da causalidade se constituiu na pedra de toque da filosofia empirista especialmente a partir de Hume e prolongando-se em uma pletora de filósofos ingleses e escoceses, dentre os quais cabe destacar John Stuart Mill. A lógica indutiva por ele elaborada, particularmente no Livro VI de seu The System of Logic Racionative and Inductive (1843, edição consultada a de 1974) intitulado "On the Logic of the Moral Sciences", foi de grande importância para as gerações seguintes à sua, mesmo que pessoas por ela influenciadas, como Rivers, não tenham se apercebido dessa influência ou sobre ela não se tenha manifestado. No caso de Rivers, por exemplo, não é difícil encontrar a projeção em sua obra do pensamento de Mill. Em outras palavras, Mill fornece as categorias através das quais Rivers irá pensar a antropologia social como uma ciência indutiva. Embora não caiba aqui uma exposição de sua lógica, nem mesmo se nos limitássemos apenas ao Livro VI, cabe não obstante uma apresentação tão concisa quanto possível do pensamento de Mill naquilo que diz respeito à sua repercussão na obra de Rivers, a rigor, naquilo que pode ser considerado como uma reprodução da lógica indutiva no interior do projeto riversiano da antropologia social.

Alguns pontos devem ser destacados numa leitura da lógica de Mill que de algum modo exprimam sua influência no projeto científico de Rivers. O primeiro deles — central na Lógica e que já indica numa definitiva opção de Rivers pela observação empírica — é a indução. Mill entende a indução como uma "generalização da experiência" (Livro III, Cap. 3, § 1). Consiste em que "inferindo-se de alguns exemplos individuais em que a ocorrência de um fenômeno é observada, ele ocorrerá em todos os exemplos de uma certa classe; a saber, em todos que se assemelham ao primeiro, vistos como circunstâncias materiais" (Idem). Nesse sentido, indução pode ser definida como "a operação de descobrir e prover proposições gerais" (Livro III, Cap. 1, § 2); o que significa ser ela "a operação da mente por meio da qual inferimos que o que conhecemos como verdadeiro para um ou mais casos particulares, será

verdadeiro em todos os casos que se assemelhem ao primeiro em certos aspectos a eles atribuíveis. Em outras palavras, indução é o processo pelo qual concluímos que o que é verdadeiro para certos indivíduos de uma classe é verdadeiro para toda a classe, ou o que é verdadeiro em determinado tempo será verdadeiro, em circunstâncias similares, para todos os tempos" (Livro III, Cap. 2, § 1). Mas se a generalização pela via da indução apresenta problemas bastante complicados para as ciências naturais — e que não se justifica abordá-las aqui — para as ciências morais(ou sociais, como diríamos modernamente) os problemas apresentam dificuldades senão maiores pelo menos específicas. Assim acreditamos que será suficiente — para os propósitos de relacionar Mill com Rivers — mostrar aspectos da lógica indutiva no que diz respeito exclusivamente às ciências sociais, sobretudo quando se considera que não se trata de duas lógicas — uma para as ciências naturais, outra para as sociais — senão de uma única. Diz Mill que a "lógica das ciências morais" é uma "generalização dos métodos seguidos com êxito" nos primeiros livros de sua Lógica, relativos às ciências naturais, e "adaptados no último livro", o VI, dedicado às ciências morais.

Naturalmente que ao fazer essa passagem de uma ordem de fatos para outra, Mill se interroga sobre se as ações humanas são como os eventos naturais, ie. sujeitos a leis invariáveis; e se tais ações estariam determinadas, de algum modo, pela lei da causalidade, como ocorre na base de qualquer teoria científica (cf. Livro VI, Cap. 1, § 2). Isso porque, para ele, a causa deve ser concebida como qualquer fenômeno, e não como uma "coisa em si" ou noumenon, uma vez que este último nos conduz não à ciência mas à metafísica. Só assim que se justifica falar em causalidade: de relações que se dão de uma maneira uniforme (via uniformidade observáveis), seja em termos de coexistência, seja em termos da precedência de uma e a sequência de outra, como fenômenos que existem em distintas relações entre si — de simultaneidade e de sucessão. Comenta Mill que mesmo a observação vulgar da natureza confirma a idéia de que tudo tem uma causa; contudo, para a observação científica, e segundo a teoria da Indução, essa causa — que

nada tem de metafísica -- só pode ser alcançada pela experiência, fenômeno que é. Há, certamente, um temor de Mill em ver sua Lógica resvalar o campo da especulação, posto que seu interesse exclusivo está nos fatos: "Para certos fatos, certos fatos sempre acontecem, e, como creio, sempre continuarão a suceder. O antecedente invariável é chamado causa; o conseqüente invariável, efeito" (Livro III,Cap.5, § 2). Mas como aplicar a experimentação no campo das ciências morais? Mill já havia distinguido, ao tratar das ciências naturais, observação de experimentação, mostrando ser esta última uma extensão da primeira. Todavia, isso não significa não haver diferença entre ambas: vale ressaltar aqui que se a observação dá conta das seqüências e coexistências, sem a experimentação ela não comprova a causalidade. E é isso que distingue as "ciências da mera observação" das "ciências de experimentação". As ciências morais se incluíram prioritariamente no âmbito das primeiras (cf. Livro III, Cap.7, §§ 3 e 4).

Preliminarmente é necessário esclarecer que a experimentação não se inviabiliza exclusivamente nas ciências sociais, mas também nas ciências da natureza. Exemplo disso é a astronomia; outro exemplo, onde sua aplicabilidade é muito limitada, é na fisiologia (cf.Livro III,Cap.7, § 3). As razões invocadas são suficientemente claras para nos abstermos de trazer todos os argumentos de Mill. É importante que nos detenhamos -- e de uma maneira breve -- em duas ou três idéias que nos parecem fundamentais para entendermos essa passagem das ciências naturais às ciências sociais. A primeira delas é a de "pluralidade de causas", sendo que as demais estão na distinção que Mill faz entre Lei da Natureza e Lei Empírica. Em síntese, a "pluralidade de causas" significa a inviabilidade de se procurar detectar uma única causa na produção de fenômenos complexos, notadamente quando esses fenômenos pertencem ao âmbito das ciências sociais. Se se trata então de um feixe de causas na determinação de um conjunto de efeitos, pode-se aceitar como sendo viável a identificação de uma "composição de causas" na determinação de efeito ou efeitos. Identificadas as causas uma a uma é onde o método dedutivo se articula com o indutivo: Mill diz que a averiguação das leis de cada causa separada constitui

o primeiro alvo do Método Dedutivo; e define este método como consistindo "de três operações: a primeira, a indução direta, a segunda, o raciocínio e, a terceira, a verificação" (Livro III,Cap. II, § 1), mostrando com isso que é através da observação e da experimentação que as causas são identificadas para serem explicadas, no entanto, pela via dedutiva; ie., descobertas as leis naturais responsáveis pela causalidade inferida, a partir delas se logrará a explicação graças ao exercício do raciocínio e da verificação. No mesmo parágrafo Mill irá tomar precisamente os fenômenos sociais para ilustrar a aplicação do método dedutivo. Mostra que tais fenômenos dependem de atos e impressões mentais dos seres humanos que, por sua vez, estão sujeitos a leis vitais relacionadas com a estrutura orgânica, da mesma forma que as substâncias sólidas e fluidas formadoras do corpo organizado e do meio em que ele subsiste estão sujeitas a leis mecânicas e químicas. Cada uma dessas leis, tomada separadamente, é descoberta experimentalmente, sendo que os fenômenos por ela abrangidos são explicados pelo método dedutivo. Tais leis são leis da natureza, a saber, gerais e invariáveis, no que diferem das leis empíricas, tendenciais, exprimindo apenas uma uniformidade de sucessão ou de coexistência amparada na observação de todos os casos conhecidos, mas nunca além desses, o que confere sempre a esse tipo de lei um caráter a posteriori. Portanto, as leis empíricas descobertas pela observação sempre pedirão por uma explicação que para Mill somente poderá ser alcançada pela descoberta de leis da natureza, ou causais, das quais as leis empíricas seriam derivadas.

Mas como Mill procura resolver essa relação entre as leis empíricas e a causalidade nas ciências morais? Busca resolver isso pela via da constituição de uma nova disciplina por ele denominada Etologia (Ethology) ou a ciência da formação do caráter. É uma disciplina que procura determinar as leis universais de formação do caráter, mesmo reconhecendo que não existe um caráter universal na humanidade. Trata-se — para Mill — de uma disciplina em formação e, como ele mesmo reconhece, jamais consolidada — fato que, segundo um dos seus comentadores (A. Ryan, 1974:88), levou Mill a lastimar-se sem

pre por não ter trabalhado nela o suficiente. Mas sua concepção ajuda a entender a difícil passagem que Mill pretende transpor entre as leis empíricas e as leis universais, entre a indução e a dedução e, ao que mais nos interessa aqui, entre a psicologia e a sociologia (ou ciências morais). Esta última passagem — como se verá na última seção desta Introdução — extremamente importante para se entender as bases do psicologismo de Rivers. É assim que, para Mill, as leis empíricas da mente ou "as verdades da experiência comum" só podem ser explicadas (explained) na medida em que vão sendo decompostas em leis causais, estas últimas obtidas dedutivamente, pois sendo leis universais não podem ser descobertas experimentalmente ou pela observação. Nesse sentido, é que vemos como a Etologia difere da Psicologia — ciência experimental — uma vez que aquela tem status de ciência exata; porém, é das leis gerais da Psicologia que à Etologia vai deduzir os princípios necessários à determinação das leis universais da formação do caráter (cf. Livro VI, cap.5, § 6). "Em outras palavras — diz Mill — Etologia, uma ciência dedutiva, é um sistema de corolários da Psicologia, uma ciência experimental" (Livro VI, Cap. 5, § 5). E sua importância para a fundamentação das Ciências Sociais (ou da Ciência Social, no singular como prefere Mill, por rejeitar, em tese, a compartimentação dessa ciência) foi claramente reconhecida por ele. E, adjetivando a nova ciência, como Etologia Política, busca transpor o plano psicológico para o sociológico definindo-a como "ciência do caráter nacional" (Livro VI, Cap. 11, § 4) que irá manter com a Ciência Social a mesma relação que a Etologia mantém com a Psicologia. No entanto, a projeção desse último par de ciências sobre as ciências morais ou sociais colocaram estas últimas numa base claramente psicologista.(6) E não foi por outra razão que Mill, ao iniciar suas considerações sobre a Ciência Social, escreveu: "Imediatamente depois da ciência do homem individual, vem a ciência do homem em sociedade, das ações das massas coletivas da humanidade e os vários fenômenos que constituem a vida social" (Livro VI,Cap.6,§ 1). E acrescenta que tal ciência jamais poderá esquecer que o homem, mesmo em sociedade ,

continua homem, com suas "ações e paixões obedientes às leis da natureza humana individual" (Livro VI,Cap.7,§ 1). E mais: "Os homens não são, quando juntos,convertidos num outro tipo de substância, com diferentes propriedades(...). Os seres humanos em sociedade não têm outras propriedades que não aquelas derivadas(...) das leis da natureza do homem individual" (idem). Ainda que o psicologismo inerente à obra de Mill fosse parte da tradição empirista britânica, com ele vai encontrar a sua forma mais acabada, pronta para ser incorporada nas ciências particulares e positivas de sua época. A doutrina de Mill fornece as noções básicas que iriam marcar a epistème do final do século XIX e começos do século XX. Rivers, naturalmente, dela não poderia escapar.

III

Como se mencionou parágrafos atrás, dir-se-ia que Rivers, a rigor, não percebia — ou evitava tocar — salvo raras vezes, questões de epistemologia. Por isso não ser fácil desvendar todas — ou ao menos as principais — implicações de seu pensamento com a tradição empirista, particularmente com aquela representada pela obra de Mill. Uma indicação que poderia ser feita aqui seria o fato de sua formação ser exclusivamente científica, feita no interior das ciências naturais, o que não lhe teria incitado a percorrer os caminhos da reflexão epistemológica, como ocorreu com seus contemporâneos de outro lado da Mancha, Durkheim e Lévy-Bruhl. Ademais, se nos é lícito especular, o prato já estava feito por Mill, haja vista que sua Lógica Indutiva estava bastante popularizada à época de Rivers, como sugerem as versões de William Stebbing, intitulada Analysis of Mr.Mill's System of Logi (1865), uma simples condensação da lógica, e, a do Reverendo A.H.Killick, um resumo destinado a estudantes sob o título The Student's Handbook Synoptical and Explanatory of Mr. Mill's System of Logic, por nós consultado já em sua décima-primeira edição, datada de 1891! Ensinada nos Colleges britânicos, essa lógica seria naturalmente incorporada nas formas de pensar das gerações posteriores a Mill, para não mencionar que sua influência já se fazia sentir entre seus

próprios contemporâneos. No caso particular de Rivers, ou outro trabalho oferece algumas pistas que levam ao interior de sua concepção da Antropologia como uma disciplina científica. Sua famosa conferência de 1911 é um deles. Nela Rivers diz que "se a análise da cultura é para ser a principal tarefa do antropólogo, é evidente que os métodos lógicos da ciência alcançarão uma complexidade que excederá aqueles até aqui em voga. Creio — continua — que o único processo lógico que de um modo geral seria possível encontrar, será o da formulação de esquemas hipotéticos de trabalho em que os fatos possam estar ajustados, e que os testes de tais esquemas(...)'expliquem' (explain) 'novos fatos'(...). Este é o método de outras ciências que tratam com condições tão complexas quanto aquelas da sociedade humana. Em muitas outras ciências — agrega Rivers esses novos fatos são descobertos pela experimentação. Em nossa ciência eles precisam ser encontrados pela observação (exploration), não somente de culturas ainda existentes em formas vivas, mas também de culturas de idades passadas, enterradas"(cf. TEXTO 5). A longa citação não é despropositada. Ela indica bastante bem a concepção de ciência que Rivers possuía e de como a Antropologia Social emergente deveria se assumir — segundo ele — para tornar-se uma efetiva disciplina científica. Como se vê, para Rivers o método é o das ciências naturais adaptado à natureza peculiar dos fenômenos sócio-culturais. Tal como Mill, o método busca explicar pela via da observação guiada pela lógica indutiva. Mas a influência dessa lógica empírica não se limita a elevar a observação ao nível de autoridade máxima do saber científico; ela se estende a outros aspectos da constituição desse saber. Destacamos dois que nos parecem fundamentais: o psicológico e o histórico; ambos — como procuraremos mostrar — contemplados igualmente no pensamento de Mill e refletidos na antropologia social riversiana.

Na mesma conferência acima referida, Rivers é bastante explícito quanto à importância da análise etnológica como um meio refreador das especulações evolucionistas, ao mesmo tempo que insiste sobre a necessidade de articulação dessa análise com o estudo psicológico. Com o risco de sobrecarre-

gar esta Introdução com reiteradas citações de uma conferência reproduzida in totum nesta coletânea, permito-me parafraseá-la o suficiente para dar ao leitor, desde o início de sua caminhada no interior do pensamento de Rivers, uma idéia concisa e diretriz capaz de guiá-lo. Essa idéia aflora — no que tange ao aspecto psicológico — em sua afirmação de que o imperativo de exercitar a análise etnológica, a saber, "a análise das culturas e civilizações presentemente espalhadas na superfície da terra" (o grifo é meu -- RCO), como uma forma de derrogar as especulações evolucionistas, não significa qualquer desprezo pela "necessidade do estudo psicológico de costumes e instituições". E acrescenta: "Se a necessidade da análise etnológica da cultura for reconhecida, esse estudo psicológico torna-se mais complicado e difícil do que fora no passado, mas nem por isso ele se tornará menos essencial. Lado a lado com a análise etnológica, precisa-se ir às profundezas dos modos de pensar de diferentes povos, para entender seus modos de ver e classificar os fatos do universo. É somente pela combinação da análise etnológica que poderemos realizar qualquer avanço real" (cf. TEXTO 5).(7)
Como Rivers separa a análise psicológica da etnológica? Aparentemente pareceria estar ele falando em termos maussianos quando,pela própria etnografia, esperar-se-ia responder à pergunta "o que os homens pensam". Entretanto, devemos entender que há algo mais, não dito, no teor desse "estudo psicológico". Rivers parece atribuir à dimensão psicológica um poder de determinação na ordem da cultura, impensável do outro lado da Mancha a partir de Durkheim. Há, indiscutivelmente, uma sorte de contaminação do pensamento de Rivers pela categoria da causalidade -- no interior da qual também se abriga sua concepção do método histórico — como, de resto, ela está presente em Mill e, mais atrás, em Hume. A força causal dos fenômenos psicológicos, não obstante, não se exerce de uma maneira mecânica, como poderia parecer à primeira vista. Ela atua enquanto parte de um contexto, do qual não se excluem fenômenos outros — de ordem material, como a geografia (diríamos, hoje, a ecologia) —, tal como um condicionante dos fenômenos sócio-culturais. A questão do conservantismo nos auxilia bastante a esclarecer esse ponto:Rivers

explica que o fenômeno da sobrevivência pode ser atribuído à "disposição mental" da humanidade para o conservantismo — e o faz em uma comunicação apresentada em 1913 à Sociological Society e publicada no ano seguinte na The Sociological Review sob o título "Survival in Sociology" (TEXTO 7). A importância dessa questão na obra de Rivers melhor ficará entendida se a examinarmos no âmbito de sua controvérsia — um quase debate — com Radcliffe-Brown.

A expressão "quase debate" sugere que, a rigor, o que poderia ser sido uma polêmica não foi além de uma crítica de Radcliffe-Brown ao artigo "Survival in Sociology" e a resposta de Rivers através de uma carta pessoal, sendo que ambas — crítica e artigo — permaneceram inéditos até sua publicação recente.(8) Porém, essa crítica de Radcliffe-Brown (bastante impertinente aos olhos de Rivers, já um famoso professor, enquanto Radcliffe-Brown, seu ex-aluno, ainda era um "junior") mereceria uma resposta indireta somente três anos depois, no artigo "Sociology and Psychology" (TEXTO 8) — ao qual já nos referimos na primeira parte desta Introdução — e que a mesma The Sociological Review publicaria em seu número de 1916. No artigo "Survival in Sociology" Rivers retomava um tema já esboçado num trabalho anterior, "The disappearance of useful arts" (1912/TEXTO 6), quando estudou o processo de desaparecimento de um conjunto de elementos culturais das populações aborígenes da Oceania — tais como a canoa, a cerâmica e o arco-e-flecha —, ocasião em que questiona a razão desse desaparecimento em vista da utilidade daqueles elementos. Mostra, em conseqüência, como um ponto de vista exclusivamente utilitário não pode ser invocado para explicar, seja o desaparecimento do objeto útil, seja a persistência (ou sobrevivência) do inútil — tema que desenvolveria amplamente na mencionada comunicação. Mostra, que se fatores materiais e mágico-religiosos concorrem para causar o desaparecimento daquelas utilidades, pode uma certa "disposição mental" da humanidade para o conservantismo determinar, em certas condições — que a análise etnológica deve revelar — a sobrevivência do inútil e, muitas vezes, do perigoso e ameaçador da comunidade, como procura exempli-

ficar com a instituição do irmão da mãe, visto por Rivers como um divisor da autoridade paterna no âmbito familiar. Mas o significativo da posição de Rivers, então preocupado em atacar os esquemas evolucionistas (que explicavam tudo pela idéia de progresso ou degenerescência), não está nas "causas" que encontrava para explicar fenômenos culturais, mas no modo pelo qual ele concebia a natureza da disciplina em formação: se a rigor queria reduzi-la ao método etnológico ou sociológico, por outro lado não abria mão de argumentos psicológicos (como o da "disposição mental") que pensava exorcizar simplesmente advertindo de que os processos psicológicos deveriam ser equacionados apenas após o estudo das correlações entre fenômenos sociais através da "análise etnológica".(9). A explicação psicológica parece ser sempre o alvo último de Rivers, só não alcançado -- em sua opinião — por uma certa imaturidade da explicação sociológica. "Creio — escreve ele em seu "Survival in Sociology" — que na presente condição da ciência da sociologia nós somente confundiremos resultados se tentarmos explicar fatos e processos sociais em termos psicológicos. A explicação das funções do irmão da mãe(...) é uma que pode ser expressa em termos inteiramente derivados da vida social em si mesma, e isso é apenas uma amostra do método peculiar da sociologia" (cf. TEXTO 7; o grifo é meu — RCO). O "anti-psicologismo" de Rivers parece ser exclusivamente metódico, tal como a "dúvida cartesiana", pois verdadeiramente ele está pronto para recuperar a psicologia mais adiante, como última instância de sua indagação. É em seus alvos últimos que o pensamento de Rivers se reencontra com o de Mill.

Para melhor separar o psicológico do sociológico, Rivers vai recorrer à dimensão histórica dos fenômenos (no que vai ser duplamente criticado por Radcliffe-Brown).[10] "A Psicologia — diz Rivers — encontra-se numa relação com a Sociologia quase igual à que a física e a química mantém com a geologia" (cf. TEXTO 7). Por essa razão "a sociedade precisa ser tratada como uma das ciências históricas no sentido em que a geologia é uma ciência histórica"(...). E continua: "A primeira tarefa do geólogo é estabelecer as seqüências das várias condições verificadas na crosta da terra a fim de desco-

brir a história passada de cada estrato e de cada rocha e outras substância encontradas nos estratos. Durante esse trabalho é inevitável que, de posse de certas leis fundamentais da física e da química no fundo de sua mente, ele não se valha delas para ajudá-la em sua investigação, ainda que elas não se constituam em seu objeto — enquanto geólogo — destinadas a provê-lo de explicações físico-químicas de condições geológicas,pelo menos não nos primeiros estágios de sua pesquisa" (Idem). Portanto, afirma Rivers, teria sido desastroso à geologia "se ela tivesse gasto seu tempo nesse último século a buscar explicações físico-químicas dos fenômenos que lhe são afetos" (Ibidem). Para Rivers é como se a explicação físico-química se antecipasse ao estabelecimento das seqüências próprias aos fenômenos geológicos criando grande confusão, ainda que a tal explicação caberia recorrer após — e somente após — a descrição geológica. O mesmo raciocínio se aplicaria à sociologia no sentido desta, indevidamente, "formular explicações psicológicas de fenômenos sociais antes de termos determinado o curso de desenvolvimento histórico dos fenômenos que nos dizem respeito" (Ibidem). E conclui: "Se isso ocorresse estaria evidenciado o quanto errados estão em seu caminho aqueles (entre os quais se inclui Radcliffe-Brown — RCO) que rejeitam o processo social da sobrevivência à base de que,para eles, não se pode dar uma explicação psicológica adequada dos fenômenos sociais" (Ibidem). Para Rivers, precedida da análise sociológica ou etnológica, a explicação psicológica não só é possível quanto necessária se se quiser alcançar um verdadeiro conhecimento científico. Nesse sentido cabe uma referência ao testemunho de seu colega e amigo,G.Elliot Smith, na introdução que fez ao livro póstumo Psychology and Ethnology (1926): "A mera coleção e tabulação de fatos (...) não eram seus reais interesses, mas unicamente a preparação essencial à investigação dos problemas psicológicos que se alojam no coração da Etnologia. A interpretação das práticas sociais, crenças e costumes — continua Elliot Smith — foi para eles mais um meio de abordagem dos progressos mentais que estavam envolvidos. Os pensamentos e comportamento de qualquer comunidade eram merecedores de estudo como um meio de entender a psicologia da humanidade como um todo"(Rivers,1926:IX).E com-

pleta: "Para o Dr. Rivers, que foi primeiro psicólogo e depois um etnólogo, todo problema em etnologia era essencialmente psicológico (Rivers, 1926:X).

Como conciliar o interesse de Rivers pela dimensão psicológica e histórica dos fenômenos sociais com a sua programação de uma disciplina — como a antropologia social — que procurou construir o seu domínio num espaço próprio, distinto do ocupado pela psicologia e pela história? A solução desse enigma parece se encontrar no interior do campo intelectual de sua época marcado pela presença de Stuart Mill. É por isso que não nos parece suficiente atribuir a Rivers — como fez Elliot Smith — a condição de ter sido primeiro psicólogo e só depois etnólogo como a razão de suas preocupações psicologísticas. Como se procurou mostrar, a estrutura lógica da argumentação de Rivers acompanha quase pari passu o raciocínio e o estilo de Mill; a rigor segue a ciência da lógica que era ensinada — como já se mencionou — nas escolas britânicas durante a sua juventude. Daí esse ar de família que se respira quando se lê (e compara) tanto um quanto outro autor. Toda a inteligibilidade da obra de Rivers não pode ser alcançada se não se levar em conta esse fato. E se compararmos o nosso autor com Durkheim, ou com a antropologia que se constituía no interior do racionalismo francês, veremos que enquanto este e seus associados recortam com linhas nítidas e intransponíveis as diferentes disciplinas, particularmente a filosofia e a psicologia, Rivers se preocupa em associá-las, como a não querer perder nada do que a psicologia e a própria história — disciplinas com as quais mais se preocupa — possam dar à antropologia social. Em sua última conferência, "The Unity of Anthropolgy" (TEXTO 10), proferida no ano de sua morte, Rivers procura articular entre si todos os ramos da antropologia, tais como a arqueologia, a filologia, a etnologia e a somatologia ou antropologia física. Mas é certamente a psicologia e a história, com seus respectivos campos fenomênicos, as disciplinas que — enquanto autônomas — vão delimitar e de certo modo fecundar a antropologia social nascente. Em seu livro Social Organization (1924; 2ª edição consultada, 1929) editado dois anos após o seu falecimento, Rivers procurou didaticamente delimitar o cam

po da antropologia social aos fenômenos de organização Social, como já seu título indicava. Os seus nove capítulos se aplicam à formulação dos conceitos de família (cap.I), Clã, Metade e Tribo (cap.II), Matrimônio(cap.III), Parentesco e Relacionamento(cap.IV), Direito Paterno e Materno (cap.V), Propriedade(cap.VI), Fraternidade e Sociedades Secretas(cap.VII), Ocupação, Classe e Casta(cap.VIII) e, finalmente,Governo(cap. IX); seguem-se três apêndices sobre a origem classificatória do parentesco, sobre a organização social na Austrália e sobre a organização dual.(11) Para alcançar esse objetivo, Rivers principia seu livro dizendo: "Gostaria de iniciar o estudo de meu objeto por um breve esclarecimento sobre o lugar que, creio, a organização social ocupa no estudo da cultura humana. Sou daqueles que acredita que o fim último de todos os estudos da humanidade, sejam históricos ou científicos,está na procura de explicações(explanations) em termos de psicologia, em termos de idéias, crenças, sentimentos e tendências instintivas através dos quais a conduta do homem, individual e coletiva, é determinada" (Rivers, 1929:3). Mas não se trata, porém, de uma unideterminação ou exclusiva causalidade exercida pelos fenômenos da mente ou mesmo do corpo(somáticos), como os instintos. Rivers concede, particularmente no que tange ao comportamento coletivo, uma multideterminação (ou uma "pluralidade de causas", como diria Mill): "essa conduta, quer individual ou coletiva , mas particularmente coletiva, é também determinada pela estrutura social"(Idem;o grifo é meu — RCO).

Essa estrutura social é considerada por Rivers como "a base social na qual todo ser humano, seja ele membro de um grande império, como somos nós — exemplifica Rivers —, ou seja somente um membro de alguma rústica tribo selvagem, tem de sentir, pensar e agir. É possível o estudo da base social nela mesma, quase separado de quaisquer considerações psicológicas, e este é o objeto, ou poderá ser o objeto daquilo que gosto de chamar de 'sociologia pura', como distinta da psicologia social" (Ibidem). E Rivers entende que esse objeto poderá ser atingido de duas maneiras, ou "pontos de vista" como diz: pelo estudo comparativo de diferentes estruturas sociais espalhadas no mundo e das funções sociais de seus ele-

mentos constitutivos; e pelo estudo histórico dos processos pelos quais as sociedades humanas chegaram a ser o que são. Pelo primeiro ponto de vista, capta-se a "estática social", pelo segundo a "dinâmica social" — pontos de vista que evocam Mill e, um pouco mais atrás, Comte. Porém, se sua concepção de estática social, como o estudo das "funções sociais" dos elementos constitutivos da estrutura social (Rivers, 1929:3-4), prolonga-se na obra de um Radcliffe-Brown, sua concepção de dinâmica social — que se pretende histórica — vai constituir o pomo da discórdia, seja junto dos antropólogos sociais das gerações que o sucederam na comunidade antropológica britânica, seja junto dos historiadores de todos os matizes, unânimes em separar da ciência da História os esquemas evolucionistas e a ideologia de progresso correntes no século XIX, que Comte tão eficazmente difundiu e dos quais nem Mill e nem mesmo Rivers, apesar de sua crítica tardia ao evolucionismo, lograram escapar. Para os antropólogos, as questões de evolução e de progresso da humanidade jamais vieram a se colocar seriamente, notadamente a partir da instalação plena da orientação funcional-estrutural em suas pesquisas; para os historiadores, essa "história", impregnada de um "método histórico" concebido no âmbito da ciência natural, à maneira comteana, contrastava claramente com uma outra concepção de história — a da História como disciplina — devotada a penetrar na inteligência dos eventos e não no estabelecimento de leis.[12]

É assim que, seguindo caminhos aparentemente contraditórios, a idéia da Antropologia Social que havia germinado no pensamento de Rivers reproduz, ela própria, o itinerário intelectual do nosso autor. Tal itinerário é o que se preocupou traçar nesta Introdução. Como todo trajeto de vida, intelectual ou não, está pautado de sucessos e insucessos. E, a nosso ver, há pelo menos duas modalidades de julgamento: o que privilegia o sucesso e o faz com generosidade; e o que sublinha o insucesso e se compraz em olhá-lo com uma perspectiva hiper-crítica. Mas o julgamento final é o da história — e este, felizmente, menos do que emitir um juízo definitivo, interpreta, i.e., ao tentar compreender um au-

tor/ator como Rivers sabe que logrará apenas uma versão,a sua -- talvez de sua época — como uma síntese de si e do Outro, expressa na presença simultânea (e por conseguinte articifial) de dois tempos, o de Rivers e o nosso, do leitor e de quem redige esta Introdução.

* * *

A presente seleção de textos, menos do que feita para amparar nossa leitura, foi elaborada para introduzir o leitor no pensamento de um autor, marcado por seu pioneirismo: o de criar uma disciplina. Claro que o empreendimento de Rivers não foi solitário. Teve seus associados, seus seguidores e, particularmente, seus antecessores — como se procurou mostrar. As críticas que mais recaem sobre Rivers o atingem em seu manejo nem sempre hábil da disciplina no desvendamento de seu objeto: os povos exóticos. Efetivamente não está aí o forte de Rivers. A força de seu trabalho reside na própria edificação da Antropoligia Social, incorporando uma tradição e dela partindo para abrir o espaço que a nova disciplina iria ocupar e nele se desenvolver. Por isso, os textos escolhidos visam proporcionar ao leitor um acompanhamento, o mais próximo possível do autor, das vicissitudes de seu pensamento na programação da disciplina. Simultaneamente objetivam também incentivar o leitor numa determinada modalidade de historiografia, aquela que se aplica na reconstrução de perfis intelectuais, indispensáveis à boa compreensão desse fenômeno social e cultural que chamamos de ciência.

Cabem — antes de concluirmos — algumas indicações sobre a editoração dos textos na coletânea. Os quatro primeiros textos, que compõem a Parte A (A Idéia do Parentesco), foram traduzidos da edição de 1968 Kinship and Social Organization, citado na bibliografia; eles representam integralmente as versões definitivas — revisadas por Rivers — das conferências de Maio de 1913 (TEXTOS 2,3 e 4) publicadas em sua primeira edição (1914) juntamente com o artigo de 1910(TEXTO 1), que veio a lume pela primeira vez em The Sociological Review (vol. X, 1910, pp.1-2). Dos textos seguintes, incluídos na parte B (A Idéia da Antropologia), dois deles foram traduzi-

dos das edições originais, "Survival in Sociology" (TEXTO 7), publicado em The Sociological Review (vol.6, 1913,pp.293-305), e "History and Ethnology" (TEXTO 9), em History - The Quartely Journal of the Historical Association (vol.5,1920,pp.65-80);a conferência "The Ethnological Analysis of Society" (TEXTO 5), editada primitivamente na revista Science (vol.34, 1911, pp. 385-393), foi reeditada em 1926 e inserida na coletânea de ensaios de Rivers, Psychology and Ethnology, com o título modificado para "The Ethnological Analysis of Culture", de onde procedemos a tradução. Os outros três textos foram traduzidos do volume W.H. R. Rivers (1978) de R. Slobodin que os reproduziu na terceira parte de seu livro, constituída de uma seleção de escritos: "Sociology and Psychology" (1916/TEXTO 8) , foi reproduzido integralmente, enquando "The disappearance of useful arts" (1912/TEXTO 6) e "the Unity of Anthropology" (1922/TEXTO 10) foram reeditados com alguns cortes de responsabilidade de Slobodin, mas sem prejuízo da inteligência dos textos, que nessas condições foram aqui traduzidos.

NOTAS

(1) Esse novo laboratório não significou que a pesquisa e o ensino de psicologia experimental estivessem suficientemente amparados. Em realidade, Rivers esperou anos para conseguir condições satisfatórias de trabalho para si e para seus alunos; dificuldades, porém, que não eram exclusivas da psicologia. Também delas partilhava a fisiologia. Ambas desfrutavam, à época, de baixo status acadêmico. O próprio laborarório de fisiologia somente seria aberto às vésperas da guerra de 1914 (cf. Slobodin, 1978:16-17). Durante a guerra Rivers se incorporou ao exército britânico como médico, atuando no tratamento de neurose de guerra e valendo-se das idéias de Paul Janet e Freud com especial êxito. Pode ser considerado como um dos introdutores da psicanálise na Grã-Bretanha.

(2) A revista Man em seu número de julho de 1922 publicou uma relação de 142 títulos da bibliografia de Rivers. Richard Slobodin, em seu livro sobre o autor, relaciona 49 títulos, entre os quais 6 publicados posteriormente ao falecimento de Rivers e mais 5 títulos de trabalhos escritos em colaboração. Ao final desta Introdução estão mencionadas na bibliografia de referência exclusivamente aquelas obras por nós citadas.

(3) Talvez o melhor estudo sobre Hocart, e sua importância para a Antropologia Social, esteja na Introdução (de 87 pp) da edição de 1970 de seu livro Kings and Councillors: A essay in the Comparative Anatomy of Human Society de autoria de Rodney Needham. Nela Needham comenta que Hocart não só foi o discípulo mais eminente de Rivers como o mais injustiçado pela academia britânica que jamais soube reconhecer seus méritos concedendo-lhe um cargo docente.

(4) Escreve Rivers no primeiro parágrafo de sua Introdução: "Há dois modos principais de trabalho etnográfico; um, intensivo, em que o conjunto da cultura de um povo, suas

características físicas e meio ambiente são examinados tão minuciosamente quanto possível; o outro, um trabalho de levantamento (survey-work) em que um número de povos são estudados o suficiente para obter uma idéia geral de suas afinidades físicas e culturais entre cada um deles e com povos de qualquer outro lugar(...). Contudo, por mais profundamente que se possa ir no trabalho de levantamento, a informação obtida é inevitavelmente incompleta e jamais possui a precisão que um estudo intensivo poderia proporcionar" (Rivers, 1914, vol.I:1).

(5) O exame da tradição racionalista que influenciaria a vertente francesa da antropologia social, atualizada no interior da "École Française de Sociologie", foi por nós realizado alhures (R.Cardoso de Oliveira, 1979 e 1983) e acreditamos possa ter algum interesse ao leitor interessado em cotejar aquela tradição com a empirista que aqui estamos examinando por meio de uma leitura de Rivers.

(6) A esse reducionismo é que se aplica o termo psicologismo, "a doutrina que, sendo a sociedade produto de mentes interagindo, leis sociais precisam ser, em última instância, redutíveis a leis psicológicas, desde que os eventos da vida social, incluindo suas convenções, devem ser causados por motivos procedentes das mentes dos homens individuais" (Karl Popper, 1971:90).

(7) Em sua teoria da convergência, Rivers procura mostrar que é pela combinação de duas metodologias — a psicológica e a histórica vis a vis etnológica — que o processo de convergência ganha sentido. Assim, diz ele:"temos ainda que descobrir o quanto a semelhança se deve à ação de leis comuns à constituição mental da humanidade e o quanto ela foi produzida por semelhanças de equipamento mental e social não comum à humanidade em geral, mas à posse especial de um povo proveniente de um lugar que por suas andanças em diferentes direções, chegou a formar um elemento comum de populações amplamente diversas, de lugares distantes um do outro no espaço e na natureza genérica de sua cultura: — Meu objetivo neste capítulo

/do livro Psychology and Ethnology (1926) — RCO/ é sugerir que será útil classificar juntos certos processos sociais como casos de convergência à medida em que reconheçamos claramente que permanecemos ainda com a tarefa de descobrir o mecanismo ao qual se deve esta convergência. — E conclui Rivers — Convergência será um conceito util na etnologia somente se reconhecermos que ela pode ser histórica ou psicológica, ou,como provavelmente descobriremos mais frequentemente, dependente de um processo que pode somente ser inteiramente entendido quando estudado pela combinação dos métodos histórico e psicológico" (pp. 149-150).

(8) Na publicação Cambridge Anthropology (vo.3,nº 3, s/d) , editada em mimeo pelo Departamento de Antropologia Social da Universidade de Cambridge, encontram-se reproduzidos o artigo crítico de Radcliffe-Brown,"The Study of Social Institutions", e a carta réplica de Rivers,procedidos de uma pequena introdução de Meyer Fortes. No catálogo da Tozzer Library da Universidade de Harvard aparece 1976 como a data de referência da revista.

(9) Tal como Mill, em sua controvérsia com Comte, mostrava que os fenômenos (estados) mentais deveriam ser estudados em suas múltiplas inter-determinações sem recorrer aos "estados do corpo", i.e. sem reduzir o psicológico ao fisiológico, Rivers preocupa-se em não reduzir o sociológico ao psicológico.

(10) Em seu artigo de crítica a Rivers (cf. nota 7),Radcliffe-Brown vai dizer que o método psicológico de Rivers objetiva estudar aqueles fenômenos que ele, Radcliffe-Brown chama de estáticos , enquanto o método histórico do mesmo Rivers se concentra nos fenômenos dinâmicos. A nosso ver, Radcliffe-Brown, com essa nova terminologia — bastante durkheimiana — estava procurando eliminar de uma só vez quaisquer implicações com a psicologia e a história, como disciplinas autônomas.

(11) Segundo seu prefaciador, G. Elliot Smith, o livro está baseado num manuscrito elaborado por Rivers em 1920, des

tinado a dois cursos de leitura que ministrou em Cambridge em 1921 e 1922. A intensão de Rivers era revisá-lo no verão de 1922 para um curso que daria no inverno 1922-23 na India, e, posteriormente, publicá-lo em forma de livro. Com sua morte, Elliot Smith pediu a W.J. Perry, então M.A. e "Reader" em Antropologia Cultural na Universidade de Londres, para editar o manuscrito. Assim, os capítulos II, III e IV tiveram de ser ajustados e quase reescritos por Perry (cf. Rivers, 1929: Prefácio).

(12) Sobre o caráter da oposição dos historiadores a essa naturalização da história, leia-se o excelente livro de Frederick J. Teggart Theory of History (1925), especialmente sua segunda parte, "The study of change". Anos depois esse livro seria reeditado, agora em conjunto com um outro do mesmo autor, Processes of History (1918), graças a um empreendimento da University of California Press que intitulou a nova edição Theory of Processes of History (1941: última edição, paper back, de 1977).

BIBLIOGRAFIA CITADA

Boas, F.

1965 - The Mind of Primitive Man. Free Press. New York (1ª ed. de 1911).

Cardoso de Oliveira, R.

1979 - Marcel Mauss. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Editoa Ática, São Paulo.

1983 - "As categorias do entendimento na formação da Antropologia", in Anuário Antropológico/1981, Tempo Brasileiro, pp. 120-1246.

Firth, R.

1968 -"Rivers on Oceanic Kinship", in Rivers 1968.

Fortes, M.

1953 - Social Anthropology at Cambridge Since 1900. Cambridge University Press. Cambridge.

Hobhouse, L.T., G.C. Wheeler & M. Ginsberg.

1915 - The Material Culture and Social Institutions of the Simpler Peoples: An Essay in Correlation. Chapman & Hall London.

Killick, A.H.

1891 - The Student's Handbook Synoptical an Explanatory of Mr. Mill's System of Logic. Logmans, Green and Co. (11th edition), London.

Kroeber, A.L.

1952 - The Nature of Culture. The University of Chgcago Press. Chicago.

Langham, I.

1981 - The Building of British Social Anthropology: W.H.R. Rivers and his Cambridge Disciples in the Development of Kinship Studies, 1898-1931. D. Reidel Puclishing Company. Holland.

Lévi-Strauss, Cl.

1958 - Anthropologie Structurale. Plon. Paris.

Mill, J.S.
1973/74 - The System of Logic Racionative and Inductive (1843) Colected Works, vols. VII(Books I-III), VIII(Books IV-VI). University of Toronto Press-Routhedge and Kegan Paul. Canada.

Popper, K.
1971 - "The autonomy of Sociology," in The Open Society and its Enemies, volume II, pp. 89-99.

Radcliffe-Brown, A.R.
s/d - "The Sutdy of Social Institutions", with a letter in reply by W.H.R. Rivers and introduction by Meyer Fortes, in Cambridge Anthropology. A Journal of the Department of Social Anthropology, Cambridge University, vol. 3, nº 3.

Rivers, W.H.R.
1900 - "A Genealogical Method of Collecting Social and Vital Statistics", in Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland 30:74-82.

1903 - "The Funeral of Sinerani", in the Eagle 24:337-343.

1906 - The Todas. Macmillan, London.

1907a - "The Marriage of Cousins in India", in Journal of the Royal Asiatic Society of Great Britain and Ireland. 39:611-640.

1907b - "On the Origin of Classificatory System of Relationships", in Anthropological Essays Presented to Eduard Burnet Tylor in Honour of His 75th Birthday. Oxford.

1908a - "Genealogies, Kinship, Regulation of Marriage, Social Organization" in Sociology, Magic, and Religion of the Eastern Islanders. Reports of the Cambridge Anthropological Expedition to Torres Straits, vol. 9.

1908b - "Some Sociological Definitions" in Report of the Seventy-seventh Meeting of the British Association for the Advancement of Science (31 July - 7 August).

1910 - "The Genealogical Methodo of Anthropological Inquiry" in Sociological Review 3:1-2.

1911 - "The Ethnological Analysis of Society", in Science 34:385-397.

1912 - "The Disappearance of Useful Arts", in Festskrift Tillegnad Edvard Westermarck... editen by O. Castren, Y. Hirs et al. J. Simelli Arvingars: Helsingfors.

1913 - "Survival in Sociology", in The Sociological Review, vol. VI, nº 4, October, pp. 293-305.

1914 - The History of Melanesian Society, vols. I e II, University Press. Cambridge.

1916 - "Sociology and Psychology", in Sociological Review 9:1-3

1918 - "Psycho-Therapeutics" in Encyclopaedia of Religions and Ethics, vol. 10.

1920a - "History and Ethnology", in History - the Quartely Journal of the Historical Association: New Series, vol. V, nº 18, July, pp. 65-80.

1920b - Instinct and Unconscious. University Press. Canbridge.

1922 - "The Unity of Anthropology", in Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland 52:12-25.

1923 - Conflict and Dream. Kegan Paul, Trench, Trübner. London.

1924 - Medicine, Magic and Religion. The Fitz Patrick Lectures delivered before the Royal College of Physiciars of London in 1915 and 1916. With preface of G. Elliot Smith. Kegan Paul Trench, Trübner, London.

1926 - Psychology and Ethnology, Edited with a preface and Introduction by G. Elliot Smith. Kegan Paul Trench, Trübner. London.

1929 - Social Organization. Edited by W.J. Perry. Second Impression (Revised). Kegan Paul, Trench, Trübner & co. Ltda. (1ª ed. 1924).

1968 - Kinship and Social Organization. Humanities Press Inc. New York. (1ª edição de 1914).

Ryan, A.

1974 - J.S.Mill. Routledge & Kegan Paul. London and Boston

Schneider, D.M.

1968 - "Rivers and Kroeber in the Study of Kinship", in Rivers 1968.

Slobodin, R.

1978 - W.H.R. Rivers. Columbia University Press. New York.

Stebbing, L.

1865 - Analysis of Mr. Mill's System of Logic. Longmans,Green and co., London.

Teggart, F.J.

1977 - Theory and Process of History. University of California Press. Berkley.

SÉRIE ANTROPOLOGIA

Títulos publicados:

01 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Povos Indígenas e Mudança Sócio-Cultural na Amazônia, 1973. Republicado(*) em A Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo Autor, 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978:173-196, e em Man in the Amazon, org. por Charles Wagley, Gainesville: The University Presses of Florida, 1974:111-135.

02 - RAMOS, Alcida Rita. Nomes Pessoais e Classificação Social na Sociedade Sanumá (Yanoama), 1973. Republicado no Anuário Antropológico/76:13-38 e em Peasants, Primitives and Proletariats, org. por Browman e Schwartz, Haia: Mouton, 1979: 191-205.

03 - MELATTI, Julio Cezar. O Sistema de Parentesco dos Índios Krahô, 1973. Republicado em Dialectical Societies, org. por D. Maybury-Lewis, Cambridge: Harvard University Press, 1979:46-79.

04 - RAMOS, Alcida Rita e PEIRANO, Mariza G. e S.. O Simbolismo da Caça em Dois Rituais de Nominação, 1973.

05 - WOORTMANN, Klaas. Comunidades e Haciendas no Peru Andino: Contribuição a uma Sociologia do Campesinato Latino-Americano, 1973.

06 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade, 1974. Republicado em Alter 3(4), 1973: 208-219 e em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo Autor, São Paulo: Pioneira, 1976:33-52.

07 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Processos de Articulação Étnica, 1974. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo Autor, São Paulo: Pioneira 1976:53-78, e em Procesos de Articulación Social, org. por Hermitte e Bartolomé, Buenos Aires: Amorrortu, 1977:282-304.

(*) Os textos republicados nem sempre o são na mesma língua e por vezes sofrem modificações no título e na redação.

08 - MELATTI, Julio Cezar. Reflexões sobre Algumas Narrativas Krahó, 1974. A maioria das narrativas, sem as reflexões, republicadas em Folk Literature of the Gê Indians, vol. II, org. por J. Wilbert e K. Simoneau, Los Angeles: University of California-UCLA, 1984:316-354.

09 - RAMOS, Alcida Rita. Identidade Étnica numa Situação Inter Tribal, 1974. Republicado em Hierarquia e Simbiose, org. pela mesma Autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília:INL, 1980: 23-65.

10 - RAMOS, Alcida Rita. Mundurucu: Mudança Social ou Falso Problema?, 1974. Republicado em American Ethnologist 5, 1978: 675-689.

11 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Possibilidade de uma Antropologia da Ação entre os Tukúna, 1975. Republicado em América Indígena 37(1), 1977:145-169 e em A Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo Autor, 2ª ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978: 197-222.

12 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Reconsiderando Etnia, 1975. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo Autor, São Paulo: Pioneira, 1976:79-109.

13 - MELATTI, Julio Cezar e MONTAGNER MELATTI, Delvair.Relatório sobre os Índios Marúbo, 1975.

14 - ZARUR, George de C. Leite. Pescadores do Golfo do México: Racionalidade Econômica e Sistema Social, 1976.

15 - ZARUR, George de C. Leite. Repensando o Conceito de Matrifocalidade, 1976.

16 - RAMOS, Alcida Rita. Extinção, Alienação ou Simbiose?, 1977. Republicado como introdução a Hierarquia e Simbiose, org. pela Autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1980:1-17.

17 - CADAXA, Maria. No Burgo do Tempo Perdido: Vondervotteimittis Revisitado, 1977.

18 - RAMOS, Alcita Rita e ALBERT, Bruce. Descendência e Afinidade: o Contraste, 1977. Republicado na Actes du XLII e Congrès International des Américanistes, vol. II, Paris,1977: 71-90.

19 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura de Mauss, 1977. Republicado como introdução a Mauss, org. pelo Autor, São Paulo: Ática, 1979:5-50.

20 - WOORTMANN, Klaas. Hábitos e Ideologia Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda. Relatório Final, 1978.

21 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade e Estrutura Social, 1978. Republicado no Anuário Antropológico/78: 243-263 e em Enigmas e Soluções, do mesmo Autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983:103-125.

22 - LARAIA, Roque de Barros. A Situação das Minorias Étnicas no Brasil, 1978. A parte referente ao negro, ampliada, republicada no BIB 7, 1979:11-21.

23 - LUSTIG-ARECCO, Vera. Adaptação à Caça: Uma Análise Comparativa, 1978. Republicado na Revista de Antropologia 22,1979: 39-60.

24 - MELATTI, Julio Cezar. À Procura de uma Classificação dos Personagens Mítico-Rituais Timbiras, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/79:99-130.

25 - SIGAUD, Lygia Maria. O Sindicato e a Estratégia do Capital, 1979.

26 - AMARAL, Custódia Selma Sena do. Durkheim e o Estudo das Representações, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/82: 134-164.

27 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Etnia e Estrutura de Classes, 1980. Republicado no Anuário Antropológico/79:57-78 e em Enigmas e Soluções, do mesmo Autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 126-149.

28 - SILVERWOOD-COPE, Peter L. Os Maku - Povo Caçador do Noroeste da Amazônia, 1980. O 3º capítulo foi publicado no Anuário Antropológico/78: 176-239.

29 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. As "Categorias do Entendimento" na Formação da Antropologia, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/81:125-146.

30 - PEIRANO, Mariza G. e S.. Documentos e Identidade Social (Algumas Reflexões sobre Cidadania no Brasil), 1982. Republicado com o título "Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil" em Sociedade e Estado vol.1 n.1:49-63.

31 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Sociedade Plural" e Pluralismo Cultural no Brasil, 1982. Republicado em Tempo Brasileiro 71, 1983:7-17 e em Proceedings of the American Ethnological Society, Washington, 1984:35-48.

32 - RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas, 1982.Republicado, com cortes, como volume da Série Princípios, São Paulo:Ática, 1986.

33 - MACHADO, Lia Zanotta. Identidade e Individualismo, 1982.

34 - FISCHER, Michael M.. From Interpretive to Critical Anthropologies, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/83:55-72.

35 - PEIRANO, Mariza G. e S.. Etnocentrismo às Avessas: o Conceito de "Sociedade Complexa", 1982. Republicado em Dados 26 (1), 1983:97-115.

36 - LARAIA, Roque de Barros. O Conceito Antropológico de Cultura, 1983. Republicado com o título Cultura: um Conceito Antropológico, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

37 - PEIRANO, Mariza G. e S.. A Antropologia Esquecida de Florestan Fernandes: Os Tupinambá, 1983. Republicado no Anuário Antropológico/82: 15-49.

38 - MELATTI, Julio Cezar. Antropologia no Brasil: um Roteiro, 1983. Republicado no BIB 17, 1984:3-52.